

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2021.r2a08>

Recebido em: 18/03/2021

Aceito em: 09/04/2021

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THE TEACHER'S ROLE IN INCLUSIVE EDUCATION

José Almeida

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6160-6020>

Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental

Escola Professor Joaquim Leal Pimenta - Prefeitura de Campo Grande no Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: josealmeidacgrn@gmail.com

Deise Leite Bittencourt friedrich

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2803-6369>

Doutoranda em Letras com ênfase em Linguística

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: deise.friedrich@poa.ifrs.edu.br

RESUMO

A educação inclusiva demanda ações diretas de diferentes atores e esferas sociais que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede quando o tema é a educação inclusiva, torna-se um grande desafio quando envolve as escolas no Brasil, pois se esbarra nos já conhecidos problemas históricos de infraestrutura escolar e formação profissional, neste aspecto, nossas experiências empíricas revelam uma descontinuidade de formação continuada de professores. Nesse contexto, o presente artigo, tem como finalidade responder a seguinte questão de pesquisa: como tem se discutido no Brasil a educação inclusiva nos espaços escolares e a formação continuada de professores? Para isso, seu objetivo geral é discutir perspectivas da educação inclusiva no Brasil em ambientes escolares e a formação continuada de professores. A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, realizada no período de janeiro a março de 2021 e as seguem as seguintes etapas: levantamento bibliográfico preliminar nas bases do Scielo e repositórios de universidades públicas brasileiras, em seguida, uma revisão literária e logo após um fichamento procurando discutir a temática em questão. Para esse efeito, foram selecionados alguns artigos e livros de obras de autores como: Pires, Sanches e Torres (2011), Sassaki (1997), Mantoan (2003), dentre outros, os quais nos possibilitaram perceber os meandros que envolve a educação inclusiva. A partir de então, foi possível compreender o processo de inclusão social, necessidades educacionais especiais e integração, analisar o papel do professor enquanto mediador e a gente de transformação e ainda refletir sobre os principais dilemas que a escola enfrenta nessa perspectiva e as evoluções dos documentos oficiais do Brasil que trazem garantias e discute a inclusão. As evidências revelam que embora haja avanços da educação inclusiva no Brasil, ainda temos ambientes escolares

com infraestrutura que não atendem as necessidades das pessoas com deficiência, bem como, os professores ainda carecem de formações continuada que auxiliem em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação. Professor.

ABSTRACT

Inclusive education demands direct actions from different actors and social spheres that relate in an interdependent way, in a network perspective, so to talk about the role of the teacher in relation to inclusive education, becomes a great challenge, since Brazilian schools, it does not have this network, to necessarily meet its demands mainly when it comes to continuing teacher education as we have observed in our empirical experiences. In this context, this article aims to answer the following research question: how has inclusive education in school spaces been discussed in Brazil? For this, its general objective is to discuss the perspectives of inclusive education in Brazil in school environments. The research is characterized as a bibliographic research, carried out from January to March 2021 and the following steps are followed: preliminary bibliographic survey on the bases of Scielo and repositories of Brazilian public universities, then a literary review and soon after, a file seeking to discuss the topic in question. For this purpose, some articles and books of works by authors were selected, such as: Pires, Sanches and Torres (2011), Sassaki (1997), Mantoan (2003), among others, which enabled us to perceive the intricacies that inclusive education involves. From then on, it was possible to understand the process of social inclusion, special educational needs and integration, analyze the role of the teacher as a mediator and the people of transformation and also reflect on the main dilemmas that the school faces in this perspective and the evolution of the documents officials from Brazil who bring guarantees and discuss inclusion. The evidence reveals that although there are advances in inclusive education in Brazil, we still have school environments with infrastructure that do not meet the needs of people with disabilities, as well as, teachers still lack ongoing training to assist in their pedagogical practices.

Keywords: Inclusive education. Education. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão acontece quando se aprende com a diferença e não com as desigualdades, pois na diferença, somos todos iguais.

(Paulo Freire)

A educação inclusiva demanda ações diretas de diferentes atores e esferas sociais que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede quando o tema é a educação inclusiva, torna-se um grande desafio quando envolve as escolas no Brasil, pois se esbarra nos já conhecidos problemas históricos de infraestrutura escolar e formação profissional, neste aspecto, nossas experiências empíricas revelam uma descontinuidade de formação continuada de professores.

Nesse contexto, o presente artigo tem como finalidade responder a seguinte questão de

pesquisa: como tem se discutido no Brasil a educação inclusiva nos espaços escolares e a formação continuada de professores?

Para tanto, buscando encontrar respostas para estes questionamentos, temos como objetivo geral discutir as perspectivas da educação inclusiva no Brasil em ambientes escolares e a formação continuada de professores.

Partindo desse princípio, o presente artigo nos convida a pensar sobre essa temática e tem como finalidade fazer uma revisão de literatura e discutir o processo de inclusão, principalmente no que diz respeito ao contexto escolar, considerando, no entanto, os principais desafios do professor frente a essa realidade.

É importante ressaltar que a justificativa para essa temática nasce do desejo de pesquisar um tema relevante e atual na sociedade e em ambientes escolares, principalmente para os professores que se deparam com situações diárias com seus alunos que exige uma prática pedagógica alinhada às perspectivas de uma educação inclusiva.

Gradualmente, pesquisadores avançaram no discurso sobre o contexto de inserção da pessoa com deficiência no contexto escolar, e o assunto vira, no entanto, palco de debates e discursos contra a discriminação e o preconceito em defesa da educação inclusiva.

Ressaltamos a importância de discutir a educação inclusiva para todos os educadores, tendo em vista que envolve todas as classes sociais, instituições públicas e privadas e ambientes escolares. Nesse sentido, o professor precisa estar em sintonia com as novas perspectivas pedagógicas que envolvem a educação inclusiva. Ainda, reforçamos que estudo pode trazer contribuições teóricas e práticas para os professores.

No que concerne à metodologia, o estudo apresentou como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais elaborados e publicados por inúmeros autores. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

No que se refere aos procedimentos, após a escolha do tema, foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar nas bases do Scielo e repositórios de instituições públicas e Portal Capes, no período de janeiro a março de 2021. Em seguida, uma revisão literária e a partir de então, um fichamento, considerando, no entanto, a coerência e a lógica do assunto abordado, proporcionando dessa forma uma concretização sucinta da discussão do tema em

destaque.

Para esse efeito, foram selecionados alguns artigos e livros com o propósito de discutir através da leitura de obras de autores como: Pires, Sanches e Torres (2011), Sassaki (1997) e Mantoan (2003), os quais nos possibilitaram enxergar os desafios do professor frente à educação inclusiva e encontrar respostas para alguns questionamentos, principalmente no que tange a escola e o professor nesse processo de inclusão.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: a primeira parte faz referência à introdução, evidenciando a temática em tese, questionamentos e problemáticas em questão, justificativa, objetivos propostos e algumas informações precisas, como metodologia e autores que corroboram na revisão de literatura.

Na segunda parte institui-se o marco teórico, onde se dá sustentação ao trabalho. Nela apresentamos uma breve reflexão da educação inclusiva no Brasil e os documentos oficiais que tratam do tema, buscando compreender a inclusão social, o termo necessidades educacionais especiais e o processo de integração. Além do mais, discorremos sobre esses alunos no contexto da educação inclusiva e apontamos os principais desafios para a escola, bem como o papel do professor.

Já na terceira parte, trataremos as considerações finais, evidenciando algumas constatações das pesquisas, novas interpretações e avanços sobre o tempo e as contribuições para o exercício da atividade, dentre outros.

Portanto, falar sobre inclusão é uma necessidade contínua, sendo uma provocação para as escolas e principalmente para os professores. Assim, convido o leitor para que juntos possamos nos debruçar sobre essa temática.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DOCUMENTOS NORTEADORES

Considerando o período histórico da educação inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível perceber teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Nessa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma

extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

Nesse contexto, “os deficientes mentais eram apresentados como pessoas mal constituídas, aleijados, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p. 25), e vistos como possuído pelo demônio. Por isso, eram internados em orfanatos, manicômios, dentre outros tipos de instituições que os tratavam com espancamentos, privação de alimentos, tortura generalizada e indiscriminada e aprisionamento dos doentes para que estes se livrassem dessa possessão.

A população ignorante encarava o nascimento dessas pessoas com deficiência como castigo de Deus, e os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos. Entretanto, “no decorrer da história, observa-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p. 25).

Dessa forma, em meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização especializada, ou seja, aqueles indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados nas residências, proporcionando uma “educação” fora das escolas, “protegendo” o deficiente da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato.

Nessa perspectiva, segundo Bueno (2006, p. 16), a partir do século XX, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e surge, a nível mundial, lutas e movimentos sociais em defesa de uma sociedade inclusiva. Nessa época, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência e a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações, visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, além de outras entidades filantrópicas especializadas continuando sendo fundadas. Ainda, há o surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

Nesse mesmo período, ainda no século XX, movimentos sociais, políticos e educacionais, estudiosos, associações e conferências, propõem aprofundar as discussões, problematizando os aspectos acerca do público susodito, resultando assim em reflexões diante das práticas educacionais.

Nesse seguimento, emergem outros documentos oficiais que amparam as pessoas com necessidades especiais, como a Constituição Federal de 1998, que em seu art. 3º, inciso V, define

que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, têm como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1998, p. 55).

Em seguida, a Declaração de Salamanca (1994), concebendo a inserção dos indivíduos que possuem NEE (Necessidades Educacionais Especiais), com uma política de justiça social, conforme explicita: “[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994).

Neste contexto, terão de serem incluídas as crianças com deficiência ou os sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. Sob essa ótica, o art. 205 da Constituição Brasileira explica que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 56)

Dessa forma, as escolas devem repensar o seu planejamento, ajustar seus currículos e preparar sua rede para atender essas demandas, independentemente de raça, cor, sexo ou condições físicas e sociais.

É importante mencionar que nessa mesma direção, tanto a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), como a Declaração de Salamanca (1994), passaram a influenciar a formulação das políticas públicas de inclusão na educação. Esse fato fez com que, no final da década, a Convenção da Guatemala (1999), regulamentada no Brasil pelo Decreto de nº 3.956/2001, considerasse a educação especial, no contexto da diferenciação, exigindo uma nova interpretação dessa educação para realmente eliminar as barreiras que dificultam o acesso de todas as pessoas com deficiência, que têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais à escolarização.

Nesse sentido, a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) priorizou esta nova visão educacional, principalmente com a prescrição do art. 59, o qual afiança aos educandos com necessidades especiais a adaptação curricular, metodológica e organizacional da escola, permitindo também a terminalidade e a aceleração de acordo com as necessidades de cada pessoa.

Contudo, no período de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE apud BRASIL, 2007, p. 3) afirma que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir, seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana”. Além de destacar a formação ineficiente dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não permitem a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

Já em 2002, o Conselho Nacional de Educação obriga as instituições de ensino superior a ajustar seus currículos. Com isso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) torna-se conteúdo curricular dos cursos superiores através da Lei Nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2007).

Em 2006, a Secretaria dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça e a UNESCO elaboraram o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, que defende a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica, além de reivindicar ações que incentivam o acesso dos alunos com deficiência ao ensino superior (BRASIL, 2007).

Destarte, a educação inclusiva é a confirmação de direitos humanos. “É uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2007). Assim, percebe-se que tivemos avanços e conquistas significativas por intermédio de instrumentos legais que legitimaram o direito da pessoa com deficiência em espaços escolares.

No tópico a seguir, buscaremos diferenciar inclusão social, necessidade educacional especial e integração tratando suas nuances no contexto educacional.

2.1 REFLETINDO SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E INTEGRAÇÃO

Nesses últimos tempos, o processo de inclusão social, tem contribuído de forma satisfatória para a elaboração de políticas, leis na criação de programas e serviços focados no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais (MENDES JÚNIOR, 2012).

Evidentemente, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

9394/96, que em consonância com a Constituição Federal, garante a todos os mesmos direitos, o Brasil obteve um avanço significativo, no que se refere ao processo de educação inclusiva.

Assim:

A luta pela inclusão das pessoas com deficiência, é fortalecida no mundo inteiro, deixando para trás, a história de séculos de discriminação, preconceito e descaso em relação às suas necessidades diferenciadas. (PIRES; SANCHES; TORRES, 2011, p. 02)

E tratando-se de discriminação, preconceito e exclusão, é relevante distinguir e compreender, a relação existente entre inclusão social, necessidade educacionais especiais e integração. Nessa perspectiva, Sassaki (1997), aponta o conceito de inclusão social como:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar – se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (...) A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 167).

Pensando assim, acreditamos que a Inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é de fato, oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

A expressão, Necessidades Educacionais Especiais, pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem ou distúrbios de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

É importante ressaltar que o termo surgiu, para evitar os efeitos negativos de expressões utilizadas no contexto educacional como deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados etc. E para referir-se aos alunos com altas habilidades/superdotação, ou aquelas pessoas com deficiências cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais. Sob essa ótica Coll, Palácios e Marchesi (1995) ressaltam que:

[...] os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles alunos que por apresentar algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização exigem uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade (COLL, PALÁCIOS &

MARCHESI, 1995, p. 11).

Esses alunos, não são necessariamente, pessoas deficientes, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas. Portanto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais – mesmo os especializados quando necessários – não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica “normal” parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menos acentuada dificuldade para aprender.

No que diz respeito ao termo “integração”, Mantoan (2003), vem nos dizer que se refere especificamente aos modelos de inserção escolar de alunos com deficiências, que compreendem um “*continuum*” de possibilidades, desde as classes comuns até locais específicos, como classes e escolas especiais. Se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta pudesse vir a se identificar, com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada, a convivência igualitária em sociedade.

Convém lembrar, que antes se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta pudesse vir a se identificar, com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada, a convivência igualitária em sociedade, conforme ressaltam Leite e Aranha (2005).

Portanto, Fernandes (2011) conclui que é caracterizado como os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência na ocupação de diferentes espaços na vida social, como a educação, a saúde, o lazer, os esportes.

Dessa forma, cabe às escolas atender as demandas individuais de cada aluno, independentemente de suas diferenças e particularidades, de modo a organizar e adequar o Currículo Escolar bem como o Projeto Político Pedagógico da instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade, formando, no entanto, um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos, no processo de aprendizagem.

No tópico a seguir, iremos discorrer sobre os alunos com necessidades educacionais especiais e a educação inclusiva.

2.2 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A sociedade contemporânea passa por um tremendo processo de renovação. As escolas necessitam estarem preparadas e os professores, precisam investir mais em capacitações, em busca de novos conhecimentos, pois se entende que o desafio para uma escola inclusiva, é o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência e desvantagens severas (UNESCO, 1994, p. 6).

Obviamente, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação, é um direito constitucional e a garantia de uma educação de qualidade para todos, implica dentre outros fatores, no redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

É importante destacar, que o número de crianças especiais nas escolas, crescem demasiadamente. Por isso, as escolas devem adequar o seu currículo a sua realidade e este, deve ser aberto, flexível e não um mero transmissor de conteúdos fragmentados sem utilidade nenhuma para a vida do educando. Além do mais, a escola deve desenvolver habilidades e pontos positivos que permita mudanças e transformações em determinados contextos da sociedade, tanto no ambiente formal, quanto no ambiente não formal. Para Carvalho (2000):

É essencial que na escola, os educadores trabalhem o ensino-aprendizagem com base em princípios, procedimentos, atitudes e valores, pois, a melhoria da qualidade das respostas educativas e a remoção de barreiras para a aprendizagem, representam o especial na educação no contexto da educação inclusiva. (CARVALHO, 2000, p. 80)

Contudo, os alunos com necessidades educacionais especiais, precisam de um olhar dimensionado e a escola por sua vez, deve proporcionar esse espaço de conhecimento, a fim, de que os educandos possam desenvolver suas funções cognitivas, habilidades motoras e o seu potencial. “As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves.” (UNESCO, 1994, p. 17-18).

Logo, as pessoas com Necessidades Especiais, são indivíduos que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência. E a escola inclusiva, é aquela que assegura recursos e serviços para apoiar,

complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Além do mais, realiza-se transversalmente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, para assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso à escola e a permanência nela, assim como desenvolve todas as potencialidades de seus alunos (BRASIL, 2004).

Vejamos a seguir, os principais desafios e perspectivas para a escola e o professor no contexto da educação inclusiva. Note que a educação inclusiva vem conquistando ao longo dos anos a legitimidade em seu campo de atuação e o reconhecimento na sociedade e colaborando com a prática dos professores.

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR E OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA ESCOLA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um processo contínuo e dinâmico, que implica a participação de todos os envolvidos, inclusive do próprio educando. Por isso, é importante, antes de qualquer coisa, garantir sua presença na escola, para que a equipe pedagógica possa conhecê-lo bem, e assim buscar identificar meios de garantir sua inclusão efetiva.

No entanto, a escola inclusiva, é uma escola que inclui a todos sem nenhum preconceito e discriminação, respeitando suas singularidades e diferenças e perseguindo a aprendizagem de forma ampla e colaborativa, oferecendo oportunidades equidade para todos.

Outro desafio é a infraestrutura das escolas no Brasil, embora se digam que estejam preparadas, há uma controvérsia, no contexto da infraestrutura, das instituições. Para que a escola possa aceitar e desenvolver o ensino-aprendizagem de alunos especiais, ela precisa estar devidamente estruturada. E isso significa que ela deve estar equipada com todos os meios de acesso possíveis, como rampas, banheiros acessíveis, piso diferenciado e demais medidas de acessibilidade.

Outro sim é o déficit de profissionais especializados e uma formação continuada que atenda as demandas práticas de sala de aula. Essa prática é muito importante, pois esse profissional será a ponte entre professor, colegas e aluno especial. Infelizmente como isso não acontece principalmente nas escolas públicas brasileiras, este é de fato, um dos principais desafios para o docente, que muitas vezes, já vem sobrecarregado de outras escolas, e se

confronta com essa realidade em sala.

Conforme aponta, (GAZIM et al., 2005, p. 51), o papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o mesmo, é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento”, porém, precisa está capacitado e preparado.

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem. Os professores precisam pensar na educação com um todo.

De acordo com Farfus (2008), é preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional com a: a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe.

Dessa forma, a sala de aula é um espaço complexo e o professor deve integrar e interagir com seus alunos com necessidades educacionais especiais constantemente na busca de conhecimentos, gestão de organização, valores e normas, com base em uma pedagogia centrada no aluno em suas dificuldades, necessidades/ peculiaridades e não apenas nos conteúdos curriculares. Todavia, por falta de capacitação, falta de incentivo, sala lotada e professores sobrecarregados, isso acaba sendo um empecilho para o professor.

Destarte, para se ter uma escola inclusiva, temos que quebrar alguns paradigmas, repensar a educação como prioridade, ter profissionais qualificados e professores capacitados, para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando, haja vistas, que no Brasil, a educação inclusiva tem se abordado de forma contraditória, pois existem barreiras que impedem o acesso à educação plena por parte de alguns alunos. Tais adversidades estão relacionadas a diversas variáveis e dimensões da escolarização, inclusive, o impedimento na ação dos próprios educadores.

Assim sendo, os desafios vão muito além de receber a matrícula de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais. É necessário, também, fornecer condições para a operacionalização de um projeto pedagógico inclusivo. Portanto, a inclusão dos alunos

deve garantir a eles, o acesso à escolaridade através de todas as possibilidades de desenvolvimento que a rede de ensino possa oferecer.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente acreditamos que este estudo contemplou a questão de pesquisa que traz a seguinte reflexão: como tem se discutido no Brasil a educação inclusiva nos espaços escolares e a formação continuada de professores? Pois ao longo do estudo podemos apontar o papel do professor como mediador da aprendizagem na educação inclusiva, refletir e discutir um pouco mais sobre os percursos formativos do professor e as necessidades de uma educação inclusiva integrativa e seus processos.

Mediante o exposto, podemos concluir que a educação inclusiva, é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos e que ao longo de sua história, tivemos lutas e conquistas significativas por intermédio de instrumentos legais que legitimaram o direito da pessoa com deficiência em espaços escolares.

Constatamos que a inclusão social, é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais; que as necessidades educacionais especiais, estão associadas, a dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiências.

Além do mais, verificamos os principais desafios da escola no Brasil, frente à educação inclusiva, dentre os quais destacamos: a formação continuada de professores e a infraestrutura escolar

Compreendemos que a escola inclusiva, é aquela que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais de maneira equitativa entre os alunos e que promova um processo de ensino e aprendizagem que reconheça as diferenças cognitivas e motoras, mas que busque estratégias formativas que envolva todos os alunos e que o professor tenha consciência da sua importância, na construção do saber.

Para isso, é preciso investir na oferta de profissionais especializados em ensino especial e uma formação continuada com os professores e compreender que a incorporação

desses serviços na rede de ensino deve vir em conjunto com o planejamento no escolar. Além do mais, compreender os diversos aspectos, como a reestruturação física das escolas, remanejamento de barreiras arquitetônicas, introdução de recursos e de tecnologias assistidas.

É indispensável frisar, que a mudança na estratégia de ensino dentro das escolas só pode ocorrer mediante a presença de educadores com formações continuas para atender aos alunos com necessidades especiais.

Por fim, espera-se que este artigo contribuía como um arcabouço teórico e prático para os professores, na perspectiva da educação inclusiva, não somente a inclusão de alunos com deficiência, porém, de todos aqueles que se encontram excluídos do processo educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEF, Vol. 3. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe comum da rede regular**. 2. ed. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BUENO, J. G. S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. Projeto de pesquisa. 2006. Disponível em. Acesso em: 15 de fev. 2021.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: Educação inclusiva: Porto Alegre: Mediação, 2000.

COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FARFUS, D. **Organização pedagógica dos espaços educativos**. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia Ead da FACINTER. Curitiba, 2008.

FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1. ed. Curitiba. IBPEX, 2011

GAZIM, E. et al. Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate. **Revista Chão da Escola**, Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, L. P; ARANHA, M. S. Intervenção Reflexiva: Instrumento de Formação Continuada do Educador Especial. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Bauru, vol. 21, n. 2. P. 207-215. Mai/ago. 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES JÚNIOR, E. 50 anos de Políticas de Educação Especial no Brasil: movimentos, avanços e retrocessos. In: IX ANPED Sul. **Anais [...]**. 2012.

PIRES, E. C. S.; SANCHES, A. A.; TORRES, W. R. **Dificuldades dos portadores de necessidades especiais na inclusão educacional**. Unitins, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Ministério da Educação e Ciência da Espanha / Coordenadoria nacional para Integração da pessoa portadora de deficiência. Brasília: Organização das nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura, 1994. Disponível em: <<https://bit.ly/373Rbho>>. Acesso em: 15 de fev. 2021.